



Estratégia
Carreira Jurídica

2º SIMULADO
INÉDITO
DPE GO

INSTRUÇÕES DE APLICAÇÃO DO SIMULADO

- 1 – Esta prova é focada no concurso DPE-GO.
- 2 – A prova contém **100 questões** cobrando assuntos do programa do edital do concurso.
- 3 – **As questões são inéditas** e foram elaboradas pelos nossos professores, com base no perfil da banca organizadora do concurso.
- 4 – Você receberá, por e-mail, o PDF ou poderá baixar o arquivo que ficará disponível em um artigo na página principal do site do Estratégia Concursos;
- 5 – Você terá das **8h30 às 13h** para responder às questões;
- 6 – O caderno de questões comentado estará disponível na área do aluno.

PREENCHA O GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-DPE-GO-04-04>

Cartão de Respostas								
1		21		41		61		81
2		22		42		62		82
3		23		43		63		83
4		24		44		64		84
5		25		45		65		85
6		26		46		66		86
7		27		47		67		87
8		28		48		68		88
9		29		49		69		89
10		30		50		70		90
11		31		51		71		91
12		32		52		72		92
13		33		53		73		93
14		34		54		74		94
15		35		55		75		95
16		36		56		76		96
17		37		57		77		97
18		38		58		78		98
19		39		59		79		99
20		40		60		80		100

PROVA OBJETIVA**DIREITO CONSTITUCIONAL**

01. No que tange à proteção dos direitos fundamentais, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O direito fundamental a vida deve ser analisado não somente na acepção do direito de permanecer vivo.
- b) O direito a vida possui caráter absoluto.
- c) Para Norberto Bobbio, os direitos fundamentais de quarta dimensão estariam relacionados à bioética e ao biodireito.
- d) Estrangeiros não residentes possuem direitos sociais no Brasil.
- e) De acordo com a doutrina é possível falar de direitos constitucionais implícitos.

02. No que tange ao posicionamento doutrinário e do STF sobre temas extremamente relevantes no cenário contemporâneo, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Existe pendente de julgamento na Suprema Corte, Ação Direta de Inconstitucionalidade, cumulada com Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental, ajuizada pela Associação dos Defensores Públicos Nacional, tratando da possibilidade de aborto em caso de microcefalia. A Anadep pede que se declare a inconstitucionalidade do enquadramento da interrupção da gestação em relação à mulher que tiver sido infectada pelo vírus zika no artigo 124 do Código Penal.
- b) De acordo com o STF, não é crime a interrupção da gravidez de feto anencefálico.
- c) Existe precedente de Turma do Supremo Tribunal Federal no sentido de que seria atípica a interrupção voluntária da gravidez efetivada no primeiro trimestre.
- d) Ainda está pendente de julgamento a ADPF que pleiteia que a Corte declare a não recepção parcial dos artigos 124 e 126 do Código Penal pela Constituição da República, ao fundamento de que fere direitos fundamentais das mulheres à vida, à liberdade, à integridade física e

psicológica, à igualdade de gênero, à autonomia, à saúde e ao planejamento familiar), permitindo o aborto até o terceiro mês de gestação.

e) Em que pese a decisão do Supremo Tribunal Federal no sentido de ser possível pesquisa com células-tronco, no âmbito do Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos, Caso “Artavia Murillo e outros (‘fecundação in vitro’) vs. Costa Rica, decidiu-se que deve prevalecer o direito a vida, independentemente de nidação ou implantação do embrião na genitora.

03. Acerca do direito fundamental a liberdade, assinale a alternativa CORRETA:

- a) o direito fundamental à liberdade é absoluto, ante a sua extrema proximidade com a ideia de dignidade da pessoa humana.
- b) Em casos envolvendo o coronavírus, não poderemos ter limitação do direito fundamental à locomoção.
- c) Enquanto nos Estados Unidos existe uma maior valorização do *free speech*, no âmbito do Sistema Internacional dos Direitos Humanos existe uma grande preocupação com o *hate speech*, sendo certo que no Brasil não se admite, conforme o Supremo Tribunal Federal, o discurso de ódio.
- d) O Supremo Tribunal Federal permite as denominadas “marchas da maconha”, considerando o direito de reunião como uma liberdade-fim e o direito à livre manifestação do pensamento como liberdade-meio.
- e) De acordo com o Supremo Tribunal Federal, o discurso de ódio se confunde com o discurso de intolerância.

04. Sobre a judicialização de políticas públicas, assinale a alternativa INCORRETA:

a) A elaboração de políticas públicas é atividade prioritária dos Poderes Legislativo e Executivo. Porém, em caso de omissão ou inadequação, a Defensoria Pública poderá provocar o Poder Judiciário para restabelecer a constitucionalidade.

b) A separação de poderes, o princípio majoritário e a discricionariedade administrativa não podem servir de óbices para a efetivação da força normativa da Constituição.

c) Cabe ao defensor público realizar uma interpretação crítica da classificação de José Afonso da Silva, notadamente porque as normas programáticas poderão ser objeto de ação judicial para sua concretização e efetividade.

d) Na ADPF n. 45, analisou-se a questão da legitimidade constitucional do controle e da intervenção do Poder Judiciário em tema de implementação de políticas públicas, quando configurada hipótese de abusividade governamental.

e) A Defensoria Pública deverá atuar buscando a efetividade das normas constitucionais, motivo pelo qual a LC n. 80/94 dispõe expressamente que cabe à Defensoria Pública promover ação civil pública, a judicialização de políticas públicas e todas as espécies de ações capazes de propiciar a adequada tutela dos direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos quando o resultado da demanda puder beneficiar grupo de pessoas hipossuficientes.

05. A defesa do direito fundamental à moradia dos vulneráveis é uma função extremamente importante da Defensoria Pública, sendo certo que

a) Não possui fundamento na normativa internacional.

b) a teoria sociológica da posse evita fundamentar a posse em elementos externos, mas sim analisando sua função social.

c) Para a concretização do que se considera moradia adequada, o defensor público pode prescindir da análise do Comentário nº 4 do

Comitê sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

d) A segurança legal da posse poderá ser dispensada para a concretização do direito fundamental à moradia.

e) Serviços e infraestrutura são imprescindíveis para que se tenha uma moradia adequada, enquanto habitabilidade e acessibilidade irão depender da região de cada país, levando-se em consideração o grau de exclusão social de determinadas regiões.

06. A Constituição é norma suprema e serve como parâmetro de controle de constitucionalidade. Sobre o tema, assinale a alternativa INCORRETA:

a) O controle de constitucionalidade difuso possui origem no caso *Marbury X Madison*.

b) A decisão que declara a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade da lei ou do ato normativo em ação direta ou em ação declaratória é irrecorrível, ressalvada a interposição de embargos declaratórios, não podendo, igualmente, ser objeto de ação rescisória.

c) Por maioria absoluta de seus membros, o STF poderá restringir os efeitos daquela declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado.

d) Não será admitida arguição de descumprimento de preceito fundamental quando houver qualquer outro meio eficaz de sanar a lesividade, tratando-se de um pressuposto negativo de admissibilidade.

e) No que se refere a ADPF, em caso de extrema urgência ou perigo de lesão grave, ou ainda, em período de recesso, poderá o relator conceder a liminar, ad referendum do Tribunal Pleno.

07. Sobre o Mandado de Injunção, assinale a alternativa INCORRETA:

a) O mandado de injunção coletivo poderá ser ajuizado pela Defensoria Pública somente quando a tutela requerida for especialmente relevante para a promoção dos direitos humanos e a defesa dos direitos individuais e coletivos dos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º da Constituição Federal.

b) Reconhecido o estado de mora legislativa, será deferida a injunção para determinar prazo razoável para que o impetrado promova a edição da norma regulamentadora e, depois, estabelecer as condições em que se dará o exercício dos direitos, das liberdades ou das prerrogativas reclamados ou, se for o caso, as condições em que poderá o interessado promover ação própria visando a exercê-los, caso não seja suprida a mora legislativa no prazo determinado.

c) A decisão terá eficácia subjetiva limitada às partes e produzirá efeitos até o advento da norma regulamentadora. Entretanto, poderá ser conferida eficácia ultra partes ou erga omnes à decisão, quando isso for inerente ou indispensável ao exercício do direito, da liberdade ou da prerrogativa objeto da impetração.

d) No mandado de injunção coletivo, a sentença fará coisa julgada limitadamente às pessoas integrantes da coletividade, do grupo, da classe ou da categoria substituídos pelo impetrante.

e) A norma regulamentadora superveniente produzirá efeitos *ex tunc* em relação aos beneficiados por decisão transitada em julgado.

08. Imagine que um determinado governo resolva realizar comemorações acerca de um período ditatorial. Sobre o tema assinale a alternativa CORRETA:

a) A Defensoria Pública não terá legitimidade para ajuizar eventual ação civil pública.

b) A Defensoria Pública é expressão e instrumento do regime democrático.

c) A comemoração não fere a ideia de probidade administrativa ou o princípio democrático.

d) Não há qualquer relação da situação apresentada com o direito à memória e à verdade.

e) A noção de justiça de transição é um argumento em prol da possibilidade de comemoração de eventual período ditatorial.

09. Analise as afirmativas a seguir, assinalando a afirmativa INCORRETA sobre o estatuto constitucional da Defensoria Pública:

a) A estrutura normativa da Defensoria Pública no texto constitucional é bem enxuta, o que restringe a atuação da instituição na defesa dos necessitados.

b) A Emenda Constitucional n. 80 alterou o *caput* do art. 134, da Constituição Federal.

c) A Defensoria Pública é uma cláusula pétrea, não podendo eventual ação do Governo Federal buscar suprimir a instituição.

d) São princípios institucionais da Defensoria Pública a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

e) De acordo com o texto constitucional, é assegurado aos defensores públicos a garantia da inamovibilidade, porém é vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais.

10. Sobre o Poder Constituinte, assinale a alternativa INCORRETA:

a) A titularidade do Poder Constituinte é do povo, o que não se confunde com o seu exercício.

b) Com a Constituição Federal de 1988, tivemos a concretização do Poder Constituinte Originário Histórico.

c) O Poder Constituinte Originário Revolucionário pode se dar por meio de um Golpe de Estado ou Insurreição.

d) O Poder Constituinte Originário é inicial, autônomo e incondicionado.

e) O Poder Constituinte Derivado Decorrente relaciona-se com a elaboração das constituições dos estados da federação.

DIREITOS HUMANOS

11. A Agenda 2030 da ONU é um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade. Os Objetivos e metas estimularão a ação para os próximos 15 anos em áreas de importância crucial para a humanidade e para o planeta. Assim, assinale a alternativa CORRETA:

I) Um dos objetivos do Desenvolvimento Sustentável é a erradicação de todas as formas de discriminação de mulheres e de meninas. No mais, deve-se promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas que estão livres do medo e da violência. Não pode haver desenvolvimento sustentável sem paz e não há paz sem desenvolvimento sustentável.

II) Na agenda 2030 os representantes dos países reconhecem que a erradicação da pobreza é o maior desafio do planeta e se comprometem a buscar atingir os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Além disso, visa acabar com a pobreza e a fome, em todas as suas formas e dimensões, e garantir que todos os seres humanos possam realizar o seu potencial em dignidade e igualdade, em um ambiente saudável.

III) A agenda 2030 Reconhece que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima [UNFCCC] é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima

- a) todas as afirmações são verdadeiras.
- b) nenhuma das afirmativas estão corretas.
- c) Apenas a I e III estão corretas.
- d) Apenas a I está correta
- e) Apenas a II está correta.

12. Análise as seguintes afirmações, no tocante ao entendimento do Supremo Tribunal Federal e da Corte Interamericana de Direitos Humanos e assinale a alternativa correta:

I) Toda pessoa presa, detida ou retida deve ser conduzida, em 24 horas, à presença de um juiz ou outra autoridade autorizada por lei a exercer funções judiciais e tem o direito de ser julgada em prazo razoável ou de ser posta em liberdade,

conforme previsão expressa na Convenção Americana de Direitos Humanos (CADH)

II) O Supremo Tribunal Federal reconheceu como constitucional a agravante da Reincidência, conforme julgamento do RE 453000 da Rel. Marco Aurélio, julgado em 04.04.2013, coadunando com o entendimento da Corte Interamericana de Direitos Humanos que admite a reincidência do réu.

III) A Corte Interamericana já se manifestou pela compatibilidade das leis de autoanistia com a CADH, o que ratifica o entendimento do Supremo Tribunal Federal quanto a Lei de Anistia brasileira.

- a) Todas as afirmações são corretas.
- b) Todas as afirmações são incorretas
- c) Apenas a I e II estão corretas.
- d). Apenas a I está correta.
- e) Apenas a I e III estão corretas.

13. Em relação a Convenção de Nova York, assinale a alternativa CORRETA:

I) A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, mais conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, modifica substancialmente a disciplina jurídica brasileira sobre o acesso e inclusão da pessoa com deficiência, especialmente no que diz respeito ao Direito Civil. Inspirada na Convenção de Nova Iorque sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, o Estatuto apresenta inovações jurídicas condizentes com o tratado internacional, que, internalizado ao ordenamento interno brasileiro, tem status de Emenda Constitucional.

II) Contemporaneamente, prefere-se a expressão “pessoa portadora de deficiência”, porquanto manifesta, com maior precisão, a condição na qual se encontram essas pessoas vulneráveis.

III) O conceito interacional de deficiência foi positivado no ordenamento jurídico brasileiro por meio do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

- a) Todas as afirmações estão corretas.
- b) Todas as afirmações estão erradas.

- c) Apenas a alternativa I e II estão corretas.
- d) Apenas a alternativa I e III estão corretas.
- e) Apenas a I está correta.

14. Quais são os Tratados Internacionais de Direitos Humanos incorporados ao ordenamento jurídico brasileiro sob o rito estabelecido pelo artigo 5º, parágrafo 3º, da Constituição Federal:

- a) Apenas o Tratado de Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com Outras Dificuldades para ter Acesso ao Texto Impresso
- b) Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com Outras Dificuldades para ter Acesso ao Texto Impresso e a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência
- c) Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com Outras Dificuldades para ter Acesso ao Texto Impresso, Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e o Protocolo Facultativo
- d) Apenas o Protocolo Facultativo da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência
- e) Apenas a Convenção de Nova York.

15. Sobre a proteção dos direitos humanos no Brasil pelo sistema interamericano, assinale a alternativa correta, em relação ao Caso Damiano Ximenes Lopes:

- a) A jurisprudência das instâncias internacionais de proteção de direitos humanos é farta em assinalar o predomínio da teoria subjetiva da responsabilidade internacional do Estado, de modo que não restou configurada a condenação pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos.
- b) O Estado brasileiro foi responsável, dentre outras violações, pela ofensa ao direito à integridade pessoal, à vida e à proteção judicial

de Damiano Ximenes Lopes, pessoa acometida de transtorno mental.

c) O Estado brasileiro foi absolvido pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, eis que não foi reconhecida ofensa a qualquer direito fundamental essencial a dignidade da pessoa humana, uma vez que se tratava de uma clínica particular e não pública ou financiada por verba pública.

d) A condenação do Brasil na Corte Interamericana de Direitos Humanos contribuiu para acelerar o processo de aprovação da Lei n. 10.216/2001, cuja base é a defesa dos direitos do paciente mental, a mudança do modelo de assistência por uma rede de internação visando a máxima efetivação dos direitos da pessoa com deficiência.

e) A primeira condenação do Estado brasileiro pela Corte Interamericana ocorreu no caso Damiano Ximenes Lopes, advogado assassinado por grupo de extermínio no Rio Grande do Sul.

16. Em 2014, a Corte Interamericana de Direitos Humanos proferiu sentença condenatória do Brasil na qual, entre outras obrigações, determinou que o Brasil adotasse, em prazo razoável, medidas necessárias para tipificar o delito de desaparecimento forçado de pessoas, obedecendo os parâmetros interamericanos de direitos humanos. Tal sentença se refere ao caso conhecido como

- a) Caso Gomes Lund e Outros
- b) Caso Rosa Genoveva
- c) Caso Sétimo Garibaldi
- d) Caso Amarildo Dias de Souza
- e) Caso Algodonero

17. Em relação as principais características dos Direitos Humanos, assinale a alternativa CORRETA, no plano da Teoria Geral dos Direitos Humanos:

a) são dotados de historicidade, universalidade, exaurabilidade, essencialidade, imprescritibilidade, alienabilidade e irrenunciabilidade entre outros.

b) são dotados de historicidade, universalidade, exaurabilidade, essencialidade, imprescritibilidade, alienabilidade e irrenunciabilidade, apenas e tão somente.

c) são dotados de historicidade, universalidade, inexaurabilidade, essencialidade, imprescritibilidade, inalienabilidade e irrenunciabilidade, dentre outras.

d) são dotados de historicidade, universalidade, inexaurabilidade, essencialidade, prescritibilidade, alienabilidade e irrenunciabilidade, apenas.

e) são dotados de historicidade, universalidade, inexaurabilidade, essencialidade, imprescritibilidade, inalienabilidade e renunciabilidade, dentre outras.

18. Podem ser considerados exemplos de direitos humanos de terceira dimensão:

a) direito ao meio ambiente saudável, autodeterminação dos povos, qualidade de vida

b) direito de votar e ser votado, direito de guerra, direito à vida

c) direito à bioética, biotecnologia, biologia

d) direito à democracia, direito a bioética, direito de reunião

e) direito à vida e a liberdade

19. Em relação a Carta Internacional de Direitos Humanos, assinale a alternativa incorreta:

a) A Carta Internacional dos Direitos Humanos decore da conjugação do Pacto Internacional de Direitos Cíveis e Políticos, do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948.

b) O uso do termo "Carta Internacional de Direitos Humanos" também implicava o reconhecimento de que os dois Pactos não poderiam ser interpretados desconectados da DUDH, o que deu sistematicidade à proteção dos direitos humanos internacionais.

c) Desde a adoção dos dois Pactos, a ONU tem estimulado a adoção de vários tratados de direitos humanos em temas diversos, formando o chamado sistema global de direitos humanos (também chamado sistema universal ou onusiano).

d) Dentre as consequências da "Carta Internacional dos Direitos Humanos" está a reafirmação do objetivo da ONU de proteger os direitos humanos, já previstos na Carta de São Francisco, mas frustrado pela Guerra Fria e pelo antagonismo entre Estados Unidos e União Soviética, dois membros extremamente influentes daquela organização.

e) A Carta Internacional dos Direitos Humanos não decore da conjugação do Pacto Internacional de Direitos Cíveis e Políticos, mas apenas do do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948.

20. A Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) condenou o Estado Brasileiro a retomar as investigações do caso Cosme Rosa Genoveva, Evandro de Oliveira e outros. O caso refere-se :

a) a Favela Nova Brasília vs Brasil, no qual a DPU não atuou como Amicus Curiae, por ausência de previsão legal.

b) ao caso, que tem a Defensoria Pública da União (DPU) como amicus curiae, refere-se às incursões das polícias Civil e Militar do Rio de Janeiro na Favela Nova Brasília, em 1994 e 1995, que resultaram no assassinato de 26 pessoas.

c) violação do direito das minorias, especialmente mulheres e indígenas.

d) violação do direito à moradia em condições precárias nos grandes centros urbanos e contou com a atuação da Defensoria Pública como amicus Curiae.

e) a Favela Naval, que foi reconhecido internacionalmente como o primeiro caso de condenação internacional de violência policial.

DIREITO ADMINISTRATIVO

21. Segundo a lei do Processo Administrativo vigente no âmbito do Estado do Goiás (Lei 13.800/2001, responda:

a) Sem prejuízo de outros, o administrado tem o dever de fazer-se assistir por advogado regularmente habilitado.

b) Terão prioridade na tramitação dos procedimentos administrativos em que figure como parte ou interessado pessoa com idade superior a 60 (sessenta) anos.

c) Não será admitida a avocação de competência.

d) A delegação de competência, por transferir as atribuições a outro agente público, configura sua renúncia.

e) Não pode ser objeto de delegação a decisão de recursos administrativos.

22. Acerca dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.

a) São atributos do ato administrativo a Competência, a Forma, a Finalidade, o Objeto e o Motivo.

b) São atos compostos aqueles em que há duas manifestações de vontades autônomas.

c) São atos enunciativos os pareceres, os atestados e as certidões.

d) A cassação do ato administrativo ocorre nas hipóteses de vício na origem do ato.

e) A caducidade do ato ocorre pelo decurso do tempo nas hipóteses de fixação de prazo de validade.

23. Entre os entes em colaboração com o Estado, que desempenham as chamadas atividades públicas não estatais, com intenso foco nas atividades de cunho social, podemos citar a existência de pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos que, atendidos os requisitos previstos em lei, firmam parceria com o poder público, por instrumento de contrato de gestão, para a execução de atividades de interesse público — especialmente ensino, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, proteção e preservação do meio ambiente, cultura e saúde.

O enunciado se refere a:

a) Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP);

b) Organização Social (OS)

c) Sistema “S”

d) Agência Executiva

e) Agência reguladora

24. O primeiro setor é entendido como o Estado, que possui um ideal de buscar o bem comum sem finalidade lucrativa. O segundo setor é composto pelo Mercado, que representa a atuação dos particulares em busca de lucro. Por sua vez, o terceiro setor traduz a iniciativa privada sem finalidade lucrativa, prestando serviços de interesse social.

Tais formas de atuação pelas organizações da sociedade civil têm ganhado força, dando origem a novas formas de parceria para fins com entidades sem fins lucrativos para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante execução de atividades ou projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho. Acerca do tema, marque a alternativa correta:

a) Pode ser considerada como organização da sociedade civil entidade privada sem fins lucrativos que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva.

b) Termo de colaboração é o instrumento pelo qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pelas organizações da sociedade civil, que envolvam a transferência de recursos financeiros.

c) Termo de fomento é o instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pela administração pública que envolvam a transferência de recursos financeiros.

d) acordo de cooperação é o instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com

organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que envolvam a transferência de recursos financeiros do parceiro privado ao público;

e) Para a celebração de acordo de cooperação é necessária a realização de chamamento público.

25. Sobre a Lei de Acesso à informação (Lei 12.527/2011) e sua aplicação, assinale a alternativa correta:

a) A lei em referência adotou a chamada transparência ativa, tendo em vista que a divulgação de informações de interesse público deve ser providenciada independentemente de solicitação.

b) Nenhuma entidade privada submete-se aos ditames da Lei de Acesso à informação.

c) Será admitida a restrição de acesso perpétua em relação àquela informação que for categorizada como ultrassecreta.

d) A classificação da informação como reservada garante a restrição de acesso por até 1 ano, contado da produção da informação.

e) O Supremo Tribunal Federal entende como indevida a divulgação dos vencimentos dos servidores públicos, por ultrapassar os limites da razoabilidade.

DIREITO TRIBUTÁRIO

26. Assinale a alternativa incorreta:

a) Os partidos políticos, assim como suas fundações, possuem imunidade tributária com relação aos impostos, desde que atendidos os requisitos legais.

b) São imunes com relação aos impostos as entidades sindicais dos trabalhadores e dos empregadores, desde que atendidos os requisitos legais.

c) A imunidade tributária conferida a instituições de assistência social sem fins lucrativos pelo art. 150, VI, "c", da Constituição, somente alcança as entidades fechadas de previdência social privada se não houver contribuição dos beneficiários.

d) Ainda quando alugado a terceiros, permanece imune ao IPTU o imóvel pertencente a qualquer das entidades referidas pelo art. 150, VI, "c", da Constituição Federal, desde que o valor dos aluguéis seja aplicado nas atividades para as quais tais entidades foram constituídas.

e) São imunes com relação aos impostos os fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham, salvo na etapa de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser.

27. Assinale a alternativa incorreta, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

a) Normas relativas à prescrição e decadência em matéria tributária são reservadas à lei complementar.

b) O serviço de iluminação pública não pode ser remunerado mediante taxa.

c) A taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis, não viola o artigo 145, II, da Constituição Federal.

d) É inconstitucional a taxa de renovação de funcionamento e localização municipal.

e) É constitucional a taxa de fiscalização dos mercados de títulos e valores mobiliário.

28. Sobre as garantias e privilégios do crédito tributário, assinale a alternativa incorreta.

a) A enumeração das garantias atribuídas pelo CTN ao crédito tributário não exclui outras que sejam expressamente previstas em lei, em função da natureza ou das características do tributo a que se refiram.

b) Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial.

c) São extraconcursais os créditos tributários decorrentes de fatos geradores ocorridos no curso do processo de falência.

d) A natureza das garantias atribuídas ao crédito tributário não altera a natureza deste nem a da obrigação tributária a que corresponda.

e) Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário definitivamente constituído.

29. Assinale a alternativa incorreta, de acordo com a jurisprudência do STF:

- a) É constitucional a fixação de alíquota progressiva para o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação.
 - b) É compatível com a Constituição Federal a norma infraconstitucional que atribui a órgão integrante do Poder Executivo da União a faculdade de alterar as alíquotas do Imposto de Exportação.
 - c) A majoração do valor venal dos imóveis para efeito da cobrança de IPTU não prescinde da edição de lei em sentido formal, exigência que somente se pode afastar quando a atualização não excede os índices inflacionários anuais de correção monetária.
 - d) Declarada inconstitucional a progressividade de alíquota tributária, o fato gerador não incide, em razão da falta de um dos elementos essenciais da regra-matriz tributária.
- é devido o tributo calculado pela alíquota mínima correspondente, de acordo com a destinação do imóvel.
- e) Não viola a legalidade tributária a lei que, prescrevendo o teto, possibilita o ato normativo infralegal fixar o valor de taxa em proporção razoável com os custos da atuação estatal, valor esse que não pode ser atualizado por ato do próprio conselho de fiscalização em percentual superior aos índices de correção monetária legalmente previstos.

30. De acordo com a jurisprudência do STJ, é incorreto afirmar que:

- a) O depósito somente suspende a exigibilidade do crédito tributário se for integral e em dinheiro.
- b) A compensação de créditos tributários não pode ser deferida em ação cautelar ou por medida liminar cautelar ou antecipatória.
- c) A entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo débito fiscal constitui o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do fisco.
- d) O contribuinte pode optar por receber, por meio de precatório ou por compensação, o

indébito tributário certificado por sentença declaratória transitada em julgado

- e) A discussão judicial da dívida, embora não suspensa, por si só, a exigibilidade do crédito, nos termos do art. 151 do CTN, impede a inclusão do nome do devedor no CADIN.

PRINCIPIOS E ATRIBUIÇÕES INSTITUCIONAIS DA DPE-GO

31. A análise do histórico da assistência jurídica nas leis e nas constituições é imprescindível para o conhecimento holístico do atual estágio desse serviço público prestado no Brasil. Sobre o tema, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A Constituição de 1967 apenas ressaltava que o Poder Público, na forma que a lei estabelecer, concederá assistência judiciária aos necessitados.
- b) No Código de Hamurabi, conforme a doutrina, tivemos as primeiras preocupações com os hipossuficientes.
- c) Durante o governo imperial tivemos uma figura, em âmbito público, com a atribuição de defender os miseráveis, denominada Advogado dos Pobres.
- d) Na Constituição de 1891, não tivemos qualquer previsão acerca da assistência jurídica ou judiciária.
- e) O Novo CPC trouxe um título específico para a Defensoria Pública, aduzindo que a Defensoria Pública gozará de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, sendo certo que não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para a Defensoria Pública.

32. Sobre a competência para legislar sobre a Defensoria Pública, assinale a alternativa CORRETA:

- a) De forma expressa, a Constituição Federal prevê no art. 62 e seus parágrafos que é vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria relativa à organização do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, a carreira e a garantia de seus membros.
- b) Lei complementar somente organizará a Defensoria Pública da União.
- c) A competência para legislar sobre Defensoria Pública dos estados e do distrito federal é concorrente entre União, estados e distrito federal.
- d) Lei complementar nº 80/94 organizou a Defensoria Pública dos estados.
- e) A Defensoria Pública terá ampla liberdade na iniciativa de sua proposta orçamentária.

33. Acerca das atribuições da Defensoria Pública, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A Defensoria Pública prestará assistência jurídica integral e gratuita, abrangendo a consultoria e a educação em direitos.
- b) Caso necessário, a instituição poderá atuar perante sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos, peticionando perante seus órgãos, atuando como *amicus curiae*, ou participando de audiências públicas.
- c) O defensor público poderá convocar audiências públicas para discutir matérias relacionadas às suas funções institucionais.
- d) Como atribuição atípica, o defensor público poderá atuar como curador especial.
- e) Cabe somente ao Ministério Público o acompanhamento do inquérito policial.

34. Acerca da Administração da Defensoria Pública, nos estados assinale a alternativa INCORRETA:

- a) De acordo com a LC n. 80/94, a Ouvidoria-Geral é um órgão auxiliar da Defensoria Pública do Estado.

b) Em que pese a LC n. 80/94 prever que a Subdefensoria Pública-Geral do Estado compõe a Administração Superior, as leis orgânicas estaduais podem estabelecer mais de uma Subdefensoria.

c) O Corregedor-Geral poderá ser destituído por proposta do Defensor Público-Geral, pelo voto de dois terços do Conselho Superior, sendo certo que a lei estadual poderá criar um ou mais cargos de Subcorregedor.

d) A Ouvidoria-Geral é uma forma de democratizar a Defensoria Pública, uma vez que contribui para a disseminação das formas de participação popular no acompanhamento e na fiscalização da prestação dos serviços realizados pela Defensoria Pública.

e) O cargo de Ouvidor-Geral será exercido de forma exclusiva, sendo certo que terá direito a voz e voto no Conselho Superior.

35. A Defensoria Pública possui importante função na área da tutela coletiva, sendo certo que muitas vezes a sua atuação deverá ser estratégica. Sobre o tema assinale a alternativa INCORRETA:

a) Em determinadas situações, a atuação da Defensoria Pública deverá ser realizada de forma estratégica, buscando realizar atendimento multidisciplinar e humanizado, tal como ocorreu em Brumadinho – Minas Gerais.

b) Um grave problema em muitos estados, que é inclusive considerado estado de coisas inconstitucional, refere-se a superlotação carcerária, consistente em um grave problema que afeta a dignidade de muitas pessoas privadas de liberdade. Nesse ponto, a Defensoria Pública poderá realizar “mutirões carcerários”, buscando minimizar o referido problema, atividade essa estimulada pelo Conselho Nacional de Justiça.

c) É atribuição da Defensoria Pública participar, quando tiver assento, dos conselhos federais, estaduais e municipais afetos às funções institucionais.

d) A Defensoria Pública possui importante atuação para a resolução extrajudicial dos litígios, mas essa atuação não será prioritária.

e) A atuação como *custos vulnerabilis* poderá ocorrer de forma estratégica na formação de precedentes.

36. No que tange as funções trazidas pela LC n. 132/09, cabe a Defensoria Pública:

a) promover ação civil pública e todas as espécies de ações capazes de propiciar a adequada tutela somente dos direitos coletivos ou individuais homogêneos quando o resultado da demanda puder beneficiar grupo de pessoas hipossuficientes;

b) patrocinar somente a ação penal privada e a subsidiária da pública;

c) acompanhar inquérito policial, inclusive com a comunicação em 48 horas da prisão em flagrante pela autoridade policial, quando o preso não constituir advogado;

d) quando autorizada pelo Poder Judiciário, participar de audiências públicas para discutir matérias relacionadas às suas funções institucionais;

e) representar aos sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos, mas não postular perante seus órgãos, o que ficará a cargo dos defensores públicos interamericanos.

37. De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa INCORRETA:

a) A Instituição não tem obrigação de firmar convênio com a Ordem dos Advogados do Brasil.

b) O Defensor Público-Geral não poderá estar subordinado ao Governador do Estado.

c) O Defensor Público-Geral não poderá ser equiparado a Secretário de Estado.

d) Caso a legislação estadual não implementasse a Defensoria Pública e autorizasse/regulasse a prestação de serviços de assistência judiciária pela seccional local da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, em substituição à defensoria pública, teríamos somente uma inconstitucionalidade por ação.

e) É inconstitucional a criação de Conselho Estadual de Justiça para realizar a fiscalização da

atividade administrativa e do desempenho dos deveres funcionais do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Advocacia Geral do Estado e da Defensoria Pública.

38. Sobre o tema da Gratuidade de Justiça, assinale a alternativa CORRETA:

a) Além de poder deferir o parcelamento, a gratuidade poderá ser concedida em relação a algum ou a todos os atos processuais, ou consistir até mesmo na redução percentual de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento.

b) Caso seja revogado o benefício, o juiz deverá analisar se houve má-fé, pois, nesse caso, a parte arcará com as despesas processuais que tiver deixado de adiantar e pagará o décuplo de seu valor a título de multa.

c) O direito à gratuidade da justiça é pessoal, somente se estendendo a litisconsorte ou a sucessor do beneficiário.

d) A gratuidade abrange as multas processuais.

e) O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo, mas não em recurso.

39. Acerca dos modelos de assistência jurídica, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A Constituição de 1988 adotou o modelo público de assistência jurídica integral e gratuita. Apesar disso, ainda temos, em alguns estados da federação, convênios com a Ordem dos Advogados do Brasil.
- b) O modelo denominado *Judicare*, geralmente, é associado ao sistema em vigor na Inglaterra, após o ano de 1949. Entretanto, possui suas origens remotas na Alemanha.
- c) O sistema americano de assistência jurídica aos pobres se caracteriza pela existência de duas vertentes distintas: uma referente à assistência e orientação/atuação no campo criminal e outra referente à área cível.
- d) No modelo *salaried staff*, temos uma instituição que presta o serviço público de assistência jurídica integral e gratuita, por meio de servidores públicos remunerados pelo Estado, sendo certo que, dentre as vantagens, destacam-se a dedicação exclusiva, a atuação estratégica e a paridade de armas com o MP, notadamente na área criminal.
- e) No modelo *pro bono* liberal, teremos universidades prestando a assistência judiciária por meio dos seus escritórios modelos.

40. De acordo com a normativa institucional, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) No prazo de 8 (oito) anos, a União, os Estados e os Municípios deverão contar com defensores públicos em todas as unidades jurisdicionais.
- b) O patrocínio de seus direitos e interesses pelo defensor natural é um direito do assistido.
- c) O instrumento de transação, mediação ou conciliação referendado pelo Defensor Público valerá como título executivo extrajudicial, inclusive quando celebrado com a pessoa jurídica de direito público.
- d) Os assistidos têm direito de ter sua pretensão revista no caso de recusa de atuação pelo Defensor Público. Se o Defensor Público entender inexistir hipótese de atuação institucional, dará imediata ciência ao Defensor Público-Geral, que decidirá a controvérsia,

indicando, se for o caso, outro Defensor Público para atuar.

- e) São garantias dos membros da Defensoria Pública do Estado, sem prejuízo de outras que a lei estadual estabelecer, a independência funcional no desempenho de suas atribuições, a inamovibilidade, a irredutibilidade de vencimentos, a estabilidade.

DIREITO CIVIL

41. Assinale a alternativa que corresponde ao entendimento jurisprudencial adotado:

- a) O cancelamento de pensão alimentícia de filho que atingiu a maioridade se dá de modo automático, nos próprios autos do processo judicial em curso.
- b) A obrigação alimentar dos avós tem natureza complementar e solidária, configurando-se no caso de impossibilidade total ou parcial de seu cumprimento pelos pais.
- c) Os efeitos da sentença que reduz, majora ou exonera o alimentante do pagamento retroagem à data da citação, permitindo a compensação e a repetibilidade.
- d) O Ministério Público tem legitimidade ativa para ajuizar ação de alimentos em proveito de criança ou adolescente independentemente do exercício do poder familiar dos pais, ou do fato de o menor se encontrar nas situações de risco descritas do Estatuto da Criança e do Adolescente, desde que inexistir Defensoria Pública na comarca.
- e) O fato de o representante legal das partes possuir atividade remunerada e o elevado valor da obrigação alimentar que é objeto da execução não podem, por si só, servir de empeco à concessão da gratuidade de justiça aos menores credores dos alimentos.

42. Assinale a alternativa que apresenta, respectivamente, a teoria adotada e os requisitos para desconsideração da personalidade jurídica, de acordo com Código Civil:

- a) Teoria Maior da Desconsideração da personalidade jurídica, que exige abuso da personalidade jurídica, bem como o prejuízo aos credores.
- b) Teoria Menor da Desconsideração da personalidade jurídica, que exige o desvio de finalidade, bem como o prejuízo aos credores.
- c) Teoria Maior da Desconsideração da personalidade jurídica, que exige a confusão patrimonial, bem como o prejuízo aos credores.
- d) Teoria Menor da Desconsideração da personalidade jurídica, que exige apenas o prejuízo aos credores.
- e) Teoria Maior da Desconsideração da personalidade jurídica, que exige desvio de finalidade, bem como o prejuízo aos credores.

43. No que se refere à solidariedade das obrigações: I - O julgamento contrário ou favorável a um dos credores solidários atinge todos os demais, sem prejuízo de exceção pessoal que o devedor tenha direito de invocar em relação a qualquer deles. II - A obrigação solidária pode ser pura e simples para um dos co-credores ou co-devedores, e condicional, ou a prazo, ou pagável em lugar diferente, para o outro. III - Na solidariedade passiva, todos os devedores respondem pelos juros da mora, ainda que a ação tenha sido proposta somente contra um; mas o culpado responde aos outros pela obrigação acrescida. IV - Na solidariedade passiva, o devedor demandado pode opor ao credor as exceções que lhe forem pessoais e as comuns a todos, aproveitando-lhe todas elas.

Aponte as assertivas corretas:

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) III e IV.
- d) I e IV.
- e) II e IV.

44. Flávia namorava Eduardo, quando engravidou. Ao contar ao namorado sobre a gravidez, este achou que era muito novo para ser pai e desapareceu, não deixando paradeiro conhecido. Quatro meses depois, Flávia conheceu Vicente, e rapidamente começaram a se relacionar, prometendo ele “assumir” o nascituro. No dia em que nasceu a criança, Vicente foi até o registro civil de pessoas naturais e, de posse da declaração de nascido vivo fornecida pela maternidade, declarou que o menor recém-nascido era seu filho e de Flávia, sendo o registro de nascimento lavrado nesses termos. Diante dessa situação, é correto afirmar:

- a) O caso trata-se de uma adoção à brasileira, hipótese de adoção expressamente válida pelo ordenamento jurídico pátrio.
- b) A compreensão jurídica cosmopolita das famílias exige a restrição da tutela normativa a todas as formas pelas quais a parentalidade pode se manifestar.
- c) A paternidade responsável, na perspectiva da dignidade humana e da busca pela felicidade, impõe o acolhimento, tanto dos vínculos de filiação construídos pela relação afetiva, quanto daqueles originados da ascendência biológica, sem que seja necessário decidir entre um ou outro vínculo quando o melhor interesse do descendente for o reconhecimento jurídico de ambos.
- d) Os arranjos familiares alheios à regulação estatal, por omissão, desabrigam da proteção a situações de pluriparentalidade, não merecendo tutela jurídica concomitante, para todos os fins de direito, os vínculos parentais de origem afetiva e biológica, ante os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável.

e) A paternidade socioafetiva, desde que não declarada em registro público, não impede o reconhecimento do vínculo de filiação concomitante baseado na origem biológica, com os efeitos jurídicos próprios.

45. Antônio era casado com Rose, desde 2000, tendo optado pelo regime de comunhão parcial de bens. Em 2014, ele faleceu, deixando, além de Rose, dois filhos, sendo apenas um comum do casal. Como herança, deixou um único apartamento, que estava em seu nome e onde morava com a esposa. Em 2016, Rose passou a viver em união estável com Augusto. Diante dessa situação, é correto afirmar:

a) O direito real de habitação sobre o imóvel que servia de residência do casal deve ser conferido ao cônjuge sobrevivente apenas quando houver descendentes comuns.

b) Ao cônjuge sobrevivente será assegurado, sem prejuízo da participação que lhe caiba na herança, o direito real de habitação relativamente ao imóvel destinado à residência da família, desde que seja o único daquela natureza a inventariar e que casados pelo regime de comunhão parcial de bens.

c) A constituição de união estável superveniente à abertura da sucessão, ocorrida na vigência do Código Civil de 1916, não afasta o estado de viuvez previsto como condição resolutive do direito real de habitação do cônjuge supérstite.

d) O Código Civil de 2002 prevê que o direito real de habitação deve ser extinto caso o cônjuge sobrevivente deixe de ser viúvo, ou seja, caso se case ou inicie uma união estável.

e) A constituição de união estável superveniente à abertura da sucessão, ocorrida na vigência do Código Civil de 2002, não afasta o estado de viuvez previsto como condição resolutive do direito real de habitação do cônjuge supérstite.

a) O órgão registral de opção para a inscrição está adequado.

b) A inscrição haveria de ser realizada em um dos cartórios de registro das juntas comerciais estaduais.

c) A inscrição haveria de ser feita em uma das juntas estaduais vinculadas ao registro público de empresas mercantis.

d) A inscrição haveria de ser feita em um cartório de títulos e documentos empresariais.

e) A inscrição haveria de ser feita exclusivamente em seu órgão de classe.

47. Kaíque Mari da Silva Tanaka constitui uma empresa na forma de Microempreendedor individual já que pretende desenvolver um negócio empresarial em que a receita bruta anual é de 60.000,00 (sessenta mil reais) em média. Em vista da escolha realizada, podemos afirmar:

a) Kaíque poderá constituir o seu negócio em forma de EIRELI – Empresa Individual de Responsabilidade Limitada.

b) Kaíque poderá constituir a empresa em forma de EIRELI – Empresa Individual de Responsabilidade limitada caso o valor da receita fosse superior a 100 (cem salários-mínimos).

c) Kaíque deve constituir a empresa na forma de Empresário Individual.

d) Kaíque poderá constituir a empresa, inclusive, na forma de sociedade limitada unipessoal.

e) Kaíque não pode constituir essa espécie em vista de não atender aos requisitos básicos de receita bruta anual.

DIREITO EMPRESARIAL

46. Verine das Neves e Kaique das Rochas constituem uma sociedade com a intenção de prestar os seus serviços intelectuais em festas infantis, já que possuem formação intelectual em teatro, entre mais. A sociedade leva o nome de VERIKIQUE ENTRETENIMENTO S/S. Ressalte-se que a sociedade fora constituída para fins econômicos e exercício de atividade profissional não organizada e teve a sua inscrição no cartório de registro civil das pessoas jurídicas.

48. Analise a situação a seguir:

Um grupo de pessoas destinadas à atividade intelectual (Mari, Victor e Verine) se obriga mutuamente a contribuir, com serviços ou bens, para o exercício de atividade econômica e a partilha, igualmente, dos resultados. Nessa conjuntura,

- a) estamos diante de uma sociedade empresária, já que o principal elemento de empresa sempre está presente nas atividades intelectuais.
- b) a atividade é empresarial já que econômica.
- c) caso a atividade seja profissional, econômica e organizada devemos considerá-la empresarial.
- d) a atividade não pode ser considerada empresária em nenhuma hipótese.
- e) A atividade deverá ser constituída em forma de cooperativa.

DIREITO DO CONSUMIDOR

49. Considere a seguinte situação hipotética: Juliana necessitava realizar uma cirurgia eletiva. Ela era cliente de um plano de saúde que cobria esse procedimento, mas desde que fosse realizado em um hospital credenciado. Todavia, ela gostaria de realizar a cirurgia em hospital de sua confiança, que, porém, não era conveniado ao seu plano de saúde. Ela, então, fez a cirurgia no hospital de sua preferência, custeando todas as despesas com seu próprio dinheiro. Posteriormente, pretende ajuizar ação de cobrança contra o plano de saúde buscando o reembolso das despesas médico-hospitalares relativas ao procedimento cirúrgico realizado no referido hospital não integrante da rede credenciada. Diante dessa situação, é correto afirmar:

- a) a ação não merece prosperar, uma vez que o reembolso de despesas médicas em estabelecimentos não contratados, credenciados ou referenciados pelas operadoras está limitado às hipóteses de urgência ou emergência.
- b) a ação não merece prosperar, pois o ressarcimento somente é devido ao SUS pelos planos de saúde, não autorizando que o beneficiário seja reembolsado quando optar

pelo atendimento em estabelecimento não contratado, credenciado ou referenciado pela operadora.

c) a ação não merece prosperar, pois deve-se levar em consideração o equilíbrio atuarial das operadoras de plano de saúde e o interesse do beneficiário, que escolhe hospital não integrante da rede credenciada de seu plano de saúde.

d) a ação merece prosperar, em observância aos princípios da boa-fé e da proteção da confiança nas relações privadas, permitindo que o beneficiário seja reembolsado quando, mesmo não se tratando de caso de urgência ou emergência, optar pelo atendimento em estabelecimento não contratado, credenciado ou referenciado pela operadora, respeitados os limites estabelecidos contratualmente.

e) a ação merece prosperar, sendo cabível o reembolso de despesas efetuadas por beneficiário de plano de saúde em estabelecimento não contratado, credenciado ou referenciado pela operadora, se caracterizado como caso de urgência ou emergência, limitado ao valor da tabela do plano de saúde contratado.

50. A respeito da legitimidade da Defensoria Pública na tutela do consumidor em juízo, é correto afirmar:

- a) É imprescindível à Defensoria Pública a demonstração de pertinência temática ou de hipossuficiência econômica do grupo de eventuais beneficiados individuais.
- b) A liquidação e a execução da sentença proferida nas ações civis públicas movidas pela Defensoria Pública somente poderá ser feita aos que comprovarem insuficiência de recursos, pois, nessa fase, a tutela de cada membro da coletividade ocorre de maneira individualizada.
- c) A legitimidade da Defensoria Pública para a defesa dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas está expressamente prevista no Código de Defesa do Consumidor.
- d) A Defensoria Pública não tem legitimidade para propor ação civil pública, na defesa de interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos.

e) A expressão "necessitados" prevista no art. 134 da Constituição Federal, que qualifica e orienta a atuação da Defensoria Pública, deve ser entendida, no campo da Ação Civil Pública, em sentido restrito.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

51. Sobre o procedimento de interdição, analise as afirmativas a seguir:

I. O interditando poderá constituir advogado, e, caso não o faça, deverá ser nomeado curador especial. Caso não possua condições financeiras para constituir advogado, o juiz nomeará defensor dativo, sendo vedada a admissão, como assistentes no processo, do seu cônjuge, companheiro ou de qualquer parente sucessível.

II. A interdição não pode ser promovida pelo Ministério Público, que deverá atuar apenas na condição de fiscal do ordenamento jurídico.

III. Dentro do prazo de 10 (dez) dias contado da entrevista, o interditando poderá impugnar o pedido.

- a) I, II e III são falsas.
- b) Apenas III é falsa.
- c) Apenas I e II são falsas
- d) I, II e III são verdadeiras.
- e) Apenas II e III são verdadeiras.

52. Sobre a prova testemunhal, assinale a alternativa incorreta:

- a) É lícito à parte contraditar a testemunha, arguindo-lhe a incapacidade, o impedimento ou a suspeição, bem como, caso a testemunha negue os fatos que lhe são imputados, provar a contradita com documentos ou com testemunhas, até 3 (três), apresentadas no ato e inquiridas em separado.
- b) A intimação será feita pela via judicial quando a testemunha houver sido arrolada pelo Ministério Público ou pela Defensoria Pública.
- c) O juiz inquirirá as testemunhas separada e sucessivamente, primeiro as do autor e depois as do réu, e providenciará para que uma não ouça o

depoimento das outras; mas poderá alterar essa ordem se as partes concordarem.

d) Vigora no NCPC o sistema presidencialista, de modo que as perguntas devem ser feitas pelo magistrado, colhendo o julgador de forma pessoal e diretamente a prova.

e) O juiz poderá inquirir a testemunha tanto antes quanto depois da inquirição feita pelas partes.

53. Em relação à reclamação, é correto afirmar:

- a) Deverá ser instruída com prova documental e dirigida ao relator do processo principal.
- b) Não há possibilidade de eventual interessado impugnar o pedido do reclamante.
- c) A inadmissibilidade ou o julgamento do recurso interposto contra a decisão proferida pelo órgão reclamado prejudica a reclamação.
- d) O presidente do tribunal determinará o cumprimento da decisão após a lavratura do acórdão.
- e) Não cabe reclamação quando já houver transitado em julgado o ato judicial que se alega tenha desrespeitado decisão do Supremo Tribunal Federal.

54. Em relação à ação de usucapião de bem imóvel, assinale a alternativa incorreta:

- a) Nesse tipo de ação, o CPC exige a publicação de editais para tornar público o objeto da demanda.
- b) A rejeição do pedido extrajudicial não impede o ajuizamento de ação de usucapião.
- c) A sentença tem natureza declaratória e efeitos *ex tunc*.
- d) A citação dos confinantes do imóvel deverá ser feita pessoalmente, sem exceções.
- e) O CPC de 2015 extinguiu o procedimento especial da ação de usucapião, mas as disposições do CPC de 73 aplicar-se-ão às ações propostas e não sentenciadas até o início da vigência do NCPC.

55. Terão prioridade de tramitação, em qualquer juízo ou tribunal, os procedimentos judiciais:

I) Em que figure como parte ou interessado pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos. Nesse caso, o STJ entende que qualquer das partes na demanda pode requerer a prioridade, e não apenas a pessoa idosa beneficiária da mesma.

II) Os procedimentos regulados pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

III) em que figure como parte a vítima de violência doméstica e familiar, nos termos da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha).

Estão corretos os itens:

a) I e III.

b) II e III.

c) II, apenas.

d) I, apenas

e) nenhuma das anteriores.

56. No tocante à denunciação da lide, julgue os itens subsequentes.

I) Feita a denunciação pelo autor, o denunciado poderá assumir a posição de assistente do denunciante, não podendo acrescentar novos argumentos à petição inicial.

II) Admite-se uma única denunciação sucessiva, promovida pelo denunciado, contra seu antecessor imediato na cadeia dominial ou quem seja responsável por indenizá-lo, podendo o denunciado sucessivo promover nova denunciação, hipótese em que eventual direito de regresso será exercido na mesma ação.

III) De acordo com o STJ, não deve ser extinta a denunciação da lide apresentada intempestivamente pelo réu nas hipóteses em que o denunciado contesta apenas a pretensão de mérito da demanda principal.

Estão corretos os itens:

a) I

b) I e III

c) II e III

d) I, II e III

e) III

57. Em relação aos embargos de divergência, é correto afirmar que:

a) não poderão ser confrontadas teses jurídicas contidas em julgamentos de recursos e de ações de competência originária.

b) é embargável o acórdão de órgão fracionário que, em recurso extraordinário ou em recurso especial, divergir do julgamento de qualquer outro órgão do mesmo tribunal, sendo os acórdãos, embargado e paradigma, relativos ao juízo de admissibilidade.

c) são cabíveis quando o acórdão paradigma for da mesma turma que proferiu a decisão embargada, desde que sua composição tenha sofrido alteração em, no mínimo, um terço de seus membros.

d) o seu procedimento observará o quanto estabelecido no regimento interno do respectivo tribunal superior.

e) a sua interposição suspende o prazo para interposição de recurso extraordinário por qualquer das partes.

58. A cooperação jurídica internacional NÃO terá por objeto:

a) Homologação e cumprimento de decisão.

b) Concessão de medida judicial de urgência.

c) Citação, intimação e notificação judicial e extrajudicial.

d) Medida judicial ou extrajudicial, desde que não proibida pelo país de origem.

e) Assistência jurídica internacional.

59. Julgue os itens que seguem:

I. A requerimento da Defensoria Pública, o juiz determinará a intimação pessoal da parte patrocinada quando o ato processual depender de providência ou informação que somente por ela possa ser realizada ou prestada.

II. Os escritórios de prática jurídica das faculdades de direito, reconhecidas na forma da lei, que prestam assistência jurídica gratuita, gozam do benefício do prazo em dobro para manifestações no processo.

III. A contagem do prazo para manifestação do defensor público terá início com a intimação pelo diário da justiça eletrônico, em se tratando de autos judiciais físicos.

Marque a alternativa correta:

- a) Todos os itens são verdadeiros.
- b) Todos os itens são falsos.
- c) Apenas I e II são verdadeiros.
- d) Apenas III é verdadeiro.
- e) Apenas II é verdadeiro.

60. Sobre a coisa julgada, assinale a alternativa correta:

- a) A sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, não prejudicando nem beneficiando terceiros.
- b) A verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença, faz coisa julgada
- c) Transitada em julgado a decisão, seja ela de mérito ou não, considerar-se-ão deduzidas e repelidas todas as alegações e as defesas que a parte poderia opor tanto ao acolhimento quanto à rejeição do pedido.
- d) Para sua formação, a decisão judicial deve se fundar em cognição exauriente, uma vez que decisões proferidas em cognição sumária não estão aptas à coisa julgada.
- e) Nenhum juiz decidirá novamente as questões já decididas relativas à mesma lide, em nenhuma hipótese.

DIREITO DIFUSOS E COLETIVOS

61. O processo coletivo é formado por diversos princípios básicos. Dentre eles, existe o que afirma não depender a demanda coletiva da vontade das partes, mas, sim, da necessidade social de sua propositura. Em razão disso, entende-se que o abandono ou desistência da demanda não gera, em regra, sua extinção sem resolução de mérito. Esse princípio é o da:

- a) não-taxatividade ou da atipicidade do processo coletivo.
- b) adequada representação da ação coletiva.
- c) informação e publicidade adequadas.
- d) primazia do conhecimento do mérito do processo coletivo.
- e) indisponibilidade da demanda coletiva.

62. Atualmente, sabe-se que a classificação tradicional atrelada aos direitos coletivos *lato sensu* (difusos, coletivos *strictu sensu* e individuais homogêneos) vem sendo aprimorada pela doutrina moderna, em razão da complexidade e conflituosidade interna que litígios coletivos carregam. Levando em conta essa situação, analise os itens a seguir:

I. Os litígios transindividuais globais são aqueles relacionados a violações que não atinjam, de modo particular, a qualquer indivíduo. Os direitos transindividuais subjacentes a tais litígios pertencem à sociedade humana, entendida como conjunto de habitantes do planeta, que se estrutura no interior de um Estado nacional, cujo aparato jurídico será responsável pelo processamento da violação.

II. Os litígios transindividuais locais envolvem a lesão a direitos transindividuais que interessam, de modo desigual e variável, a distintos segmentos sociais, em alto grau de conflituosidade

III. Litígios transindividuais irradiados têm lugar no contexto de violações que atinjam, de modo específico, pessoas que integram uma sociedade altamente coesa, unida por laços identitários de solidariedade social, emocional e territorial.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas I está correto.
- b) I, II e III estão corretos.
- c) Apenas III está correto.
- d) Apenas II e III estão corretos.
- e) Nenhum está correto.

63. Pode-se apontar como características do modelo das *Class Actions* de tutela jurisdicional dos direitos coletivos, exceto:

- a) legitimidade do indivíduo ou grupo de indivíduos, caracterizada pela presença do forte controle judicial da “adequada representação”;
- b) vinculatividade da coisa julgada para toda a classe, quer beneficiando-a, quer prejudicando-a, no caso de improcedência da ação;
- c) adequada notificação para aderir à iniciativa;
- d) atribuição de amplos poderes ao juiz (defining function), diferenciando o modelo tradicional de litígio (vinculado à atividade das partes e neutralidade do juiz) do modelo de Processo Coletivo vinculado à tutela do interesse público;
- e) a tutela predominantemente permitida em juízo é somente aquela em que o pedido contém uma tutela inibitória ou injuncional, voltadas para as obrigações de fazer e não fazer.

64. Caso concreto: pessoa com vastos recursos econômicos procura o plantão judicial noturno com o objetivo de garantir a realização de procedimento cirúrgico emergencial em familiar que se encontra internado, buscando a assistência jurídica da Defensoria Pública por não ter tido tempo hábil para contatar advogado particular; nesse caso, o serviço jurídico-assistencial público deve atuar unicamente para obter e garantir o cumprimento da tutela provisória antecipada de urgência, devendo a causa ser posteriormente assumida por advogado regularmente contratado pela parte. Nesse caso, estamos diante de uma:

- a) Vulnerabilidade jurídica.
- b) Vulnerabilidade organizacional.
- c) Vulnerabilidade circunstancial.

- d) Vulnerabilidade econômica.
- e) Nenhuma das anteriores.

65. Sobre a atuação da Defensoria Pública como *custos vulnerabilis*, assinale a alternativa correta:

- a) A atuação como *custos vulnerabilis* se confunde com a própria atuação do *amicus curae*;
- b) Quando atua como *custos vulnerabilis*, a sua participação processual ocorre como representante da parte em juízo.
- c) Essa atuação limita-se às hipóteses em que há vulnerabilidade econômica.
- d) O *custos vulnerabilis* pode interpor qualquer espécie de recurso.
- e) Somente é legítima essa atuação caso haja autorização da maioria absoluta do plenário do Tribunal a que está sujeito o julgamento da causa.

66. Sobre a Lei do Mandado de Injunção, assinale a alternativa incorreta:

- a) Quanto aos efeitos da decisão, a lei 13.300/16 adota, como regra, a corrente concretista intermediária geral.
- b) A petição inicial será desde logo indeferida quando a impetração for manifestamente incabível ou manifestamente improcedente.
- c) Da decisão de relator que indeferir a petição inicial, caberá agravo, em 5 (cinco) dias, para o órgão colegiado competente para o julgamento da impetração.
- d) Findo o prazo para apresentação das informações, será ouvido o Ministério Público, que opinará em 10 (dez) dias, após o que, com ou sem parecer, os autos serão conclusos para decisão.
- e) O indeferimento do pedido por insuficiência de prova não impede a renovação da impetração fundada em outros elementos probatórios.

67. Marque a alternativa correta de acordo com a Lei de Ação Civil Pública:

- a) Na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz determinará o cumprimento da prestação da atividade devida ou a cessação da atividade nociva, sob pena de execução específica, ou de cominação de multa diária, se esta for suficiente ou compatível, desde que haja requerimento do autor.
- b) Decorridos sessenta dias do trânsito em julgado da sentença condenatória, sem que a associação autora lhe promova a execução, deverá fazê-lo o Ministério Público, exclusivamente.
- c) Poderá o juiz conceder mandado liminar, com ou sem justificação prévia, em decisão sujeita a agravo.
- d) Se, no exercício de suas funções, os juízes e tribunais tiverem conhecimento de fatos que possam ensejar a propositura da ação civil, remeterá peças à Defensoria Pública para as providências cabíveis.
- e) Havendo condenação em dinheiro, a indenização pelo dano causado reverterá às vítimas.

68. Sobre o mandado de segurança, assinale a incorreta:

- a) É incabível o mandado de segurança para convalidar a compensação tributária realizada pelo contribuinte.
- b) O mandado de segurança constitui ação adequada para a declaração do direito à compensação tributária.
- c) Praticado o ato por autoridade, no exercício de competência delegada, contra ela cabe o mandado de segurança ou a medida judicial
- d) Pedido de reconsideração na via administrativa não interrompe o prazo para o mandado de segurança.
- e) A entidade de classe não tem legitimação para o mandado de segurança quando a pretensão veiculada interessar apenas a uma parte da respectiva categoria.

69. Sobre a ação de improbidade, considere:

I. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça firmou-se no sentido de que não configura bis in idem a coexistência de acórdão condenatório do Tribunal de Contas ao ressarcimento do erário com sentença condenatória proferida em ação civil pública por improbidade administrativa.

II Nos termos da Lei n. 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa), na fixação das sanções por ela cominadas, o juiz levará em conta a extensão do dano causado, assim como os antecedentes do agente e o proveito patrimonial por este obtido.

III. As regras de prescrição em improbidade administrativa aplicáveis aos particulares que participam do ato ímprobo são as mesmas do agente público também envolvido.

- a) Apenas o item II está incorreto.
- b) O item I e II estão incorretos.
- c) Os itens I, II e III estão incorretos.
- d) Todos os itens são verdadeiros.
- e) nenhuma das anteriores.

70. Sobre o Habeas Data, marque a correta:

- a) Não cabe o habeas data se houve recusa de informações por parte da autoridade administrativa.
- b) Quando a sentença conceder o habeas data, o recurso terá efeito devolutivo e suspensivo.
- c) Ao despachar a inicial, o juiz ordenará que se notifique o coator do conteúdo da petição, entregando-lhe a segunda via apresentada pelo impetrante, com as cópias dos documentos, a fim de que, no prazo de quinze dias, preste as informações que julgar necessárias.
- d) Compete ao Supremo Tribunal Federal julgar, em recurso ordinário o habeas corpus, o mandado de segurança, o habeas data e o mandado de injunção decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão.
- e) Habeas data não é a garantia constitucional adequada para obtenção, pelo cidadão, de dados concernentes ao pagamento de tributos

constantes dos sistemas informatizados de apoio à arrecadação dos órgãos fazendários dos entes estatais.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

71. A proteção integral às crianças e adolescentes está consagrada na Constituição Federal de 1988 no art. 227. Considerando o disposto no texto constitucional, assinale a alternativa correta:

- a) É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, sempre que possível e de acordo com as políticas públicas, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.
- b) O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do jovem mediante políticas específicas, sendo vedada a participação de entidades não governamentais.
- c) O direito à proteção especial abrangerá, por exemplo, a idade mínima de quatorze anos para admissão ao trabalho, garantia de acesso do trabalhador adolescente e jovem à escola, mas não há previsão de garantia de direitos previdenciários pois estes são voltados aos maiores de dezoito anos de idade.
- d) Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.
- e) A adoção será assistida pelo Poder Público, na forma da lei, sendo vedada para estrangeiros.

72. O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90) estabelece que é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação de direitos

fundamentais à criança e ao adolescente. A garantia de prioridade não compreende:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias.
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública.
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas.
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.
- e) atendimento processual diferenciado, primando pela igualdade na relação processual e resguardo de sua identidade quando em confronto com vítimas e testemunhas.

73. A criança e o adolescente têm direito à inviolabilidade de sua integridade física, psíquica e moral, de modo que é dever de todos velar pela sua dignidade, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor. Com base no Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar:

- a) A criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados com o uso moderado de castigo físico, como formas de correção, disciplina, educação, desde que aplicado por seus pais ou integrantes da família ampliada.
- b) O castigo físico é a conduta de natureza disciplinar ou punitiva que humilha, ameaça gravemente ou ridiculariza a criança ou o adolescente.
- c) O tratamento cruel ou degradante é a conduta ou forma cruel de tratamento que resulta em sofrimento físico ou lesão.
- d) Em caso de utilização de castigo físico ou tratamento cruel ou degradante, haverá a responsabilização dos pais, integrantes da família ampliada, responsáveis, agentes públicos executores ou qualquer pessoa encarregada de cuidar de crianças e de adolescentes. As medidas serão aplicadas de acordo com a gravidade do caso, sendo vedada a simples advertência por não constituir medida apta a evitar novas agressões.

e) As medidas previstas serão aplicadas pelo Conselho Tutelar, sem prejuízo de outras providências legais cabíveis ao caso concreto.

74. É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral. Nesse contexto, é correto que:

a) Quando inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional, a criança ou adolescente terá sua situação reavaliada a cada 6 (seis) meses, cabendo à equipe multidisciplinar decidir sobre a possibilidade de reintegração familiar ou pela colocação em família substituta.

b) A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 18 (dezoito meses), salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.

c) Será garantida a convivência da criança e do adolescente com a mãe ou o pai privado de liberdade, por meio de visitas periódicas promovidas pelo responsável ou pela entidade responsável, quando em acolhimento institucional, condicionada a prévia autorização do juízo da execução penal.

d) A gestante ou mãe que manifeste interesse em entregar seu filho para adoção, antes ou logo após o nascimento, será encaminhada à Justiça da Infância e da Juventude que, de posse do relatório sobre o estado gestacional ou puerperal, a encaminhará à rede pública de saúde a assistência social para atendimento especializado, independentemente de sua concordância, quando o seu estado de saúde justificar a medida.

e) A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 36 (trinta e seis meses), salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.

75. A criança e o adolescente têm direito à convivência familiar e comunitária. Com base nesse direito fundamental, analise os itens abaixo:

I) A falta ou carência de recursos materiais constitui motivo suficiente para a perda ou suspensão do poder familiar.

II) A condenação criminal do pai ou da mãe implicará a destituição do poder familiar, principalmente na hipótese de condenação por crime doloso sujeito à pena de reclusão contra outrem igualmente titular do mesmo poder familiar ou contra filho, filha ou outro descendente.

III) A perda e a suspensão do poder familiar poderão ocorrer automaticamente.

Assinale a alternativa correta:

a) Todos os itens estão incorretos.

b) Todos os itens estão corretos.

c) O item I está correto.

d) Os itens I e II estão corretos.

e) O item III está correto.

76. O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069/90) apresenta disposições próprias sobre a viagem de crianças e adolescentes. Sobre o tema, é correto afirmar:

a) A criança ou adolescente menor de 16 (dezesseis) anos só poderá viajar para fora da comarca onde reside desacompanhado dos pais ou dos responsáveis com expressa autorização judicial.

b) A autorização judicial poderá ser concedida com prazo de validade indeterminado.

c) Em determinados casos, a exemplo de viagem para comarca contígua à da residência da criança ou do adolescente menor de 16 (dezesseis) anos, a autorização judicial não será exigida. No exemplo citado, exige-se que a criança esteja acompanhada de pessoa maior expressamente autorizada pelo pai, mãe ou responsável.

d) Em se tratando de viagem para o exterior, a criança ou o adolescente sempre precisarão de prévia e expressa autorização judicial.

e) Sem prévia e expressa autorização judicial, nenhuma criança ou adolescente nascido em território nacional poderá sair do País em companhia de estrangeiro residente ou domiciliado no exterior.

77. Um agente, maior de 18 anos, foi flagrado com várias fotografias de crianças em posições sensuais. O agente alegou que as crianças não estavam nuas e seus órgãos sexuais estavam cobertos, de modo que sua conduta não consistiria em crime. De acordo com o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90) e o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

a) Não há crime, pois os órgãos sexuais das crianças estavam cobertos e não havia cena de sexo explícito ou pornográfica.

b) Para fins de dosimetria da pena, é irrelevante a quantidade de material apreendido em posse do agente.

c) É típica a conduta de fotografar e armazenar cena pornográfica envolvendo criança ou adolescente, na hipótese em que restar incontroversa a finalidade sexual e libidinosa das fotografias, com enfoque nos órgãos genitais das vítimas - ainda que cobertos por peças de roupas.

d) Não há crime se a posse ou o armazenamento tem a finalidade de comunicar às autoridades competentes a ocorrência da conduta descrita no tipo penal. Nesse caso, a comunicação poderá ser feita por qualquer pessoa.

e) A definição legal de pornografia infantil apresentada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente é completa (art. 241-E) e trata-se de norma penal explicativa.

78. A Lei nº 12.594 de 2012 instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamentando a execução das medidas socioeducativas. Em relação aos programas de privação da liberdade, assinale a alternativa correta:

a) Não há qualquer impedimento das unidades socioeducacionais situarem-se em espaços

contíguos, anexos ou integrados a estabelecimentos penais.

b) A direção da unidade adotará, em caráter excepcional, medidas para proteção do interno em casos de risco à sua integridade física, à sua vida, ou à de outrem, comunicando, de imediato, seu defensor e o Ministério Público.

c) Um dos requisitos específicos para a inscrição de programas de regime de semiliberdade ou internação é a comprovação da existência de estabelecimento educacional com instalações adequadas e em conformidade com as normas de referência, sendo dispensada a previsão do processo e dos requisitos para a escolha do dirigente.

d) O dirigente de programa de atendimento em regime de semiliberdade ou de internação deve apresentar formação de nível superior compatível com a natureza da função, reputação ilibada e idoneidade moral.

e) A comprovação de experiência no trabalho com adolescentes de, no mínimo, 2 (dois) anos pode ser dispensada caso seja comprovada atividade semelhante.

79. Todas as entidades de atendimento socioeducativo deverão, em seus respectivos regimentos, realizar a previsão de regime disciplinar. Ainda com base na Lei nº 12.594/2012, assinale a alternativa correta:

a) O regime disciplinar é independente da responsabilidade civil, mas vinculado à responsabilização penal que advenha do ato cometido.

b) Não será aplicada sanção disciplinar sem expressa e anterior previsão legal ou regulamentar e o devido processo administrativo, exceto em caso de flagrante.

c) Apenas a legítima defesa própria impede a aplicação de sanção disciplinar ao socioeducando.

d) Não será aplicada sanção disciplinar ao socioeducando que tenha praticado a falta por coação irresistível ou por motivo de força maior.

e) A falta disciplinar será apurada por uma composição composta por 3 (três) integrantes,

sendo o secretário da comissão, obrigatoriamente, oriundo da equipe técnica.

80. A Lei nº 8.742 de 1993 dispõe sobre a organização da assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, que visa prover os mínimos sociais, realizando um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade. Assinale a alternativa que não apresenta um objetivo da assistência social:

- a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice.
- b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes.
- c) a promoção da integração ao mercado de trabalho.
- d) garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.
- e) igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais.

DIREITO PENAL

81. Sobre as teorias mais relevantes sobre o Direito Penal, assinale a alternativa correta:

- a) A conduta é considerada, por Hans Welzel, uma ação do ponto de vista natural, mecânico. Deste modo, deve ser analisada independentemente de elemento subjetivo, cuja análise integra a culpabilidade.
- b) Segundo Roxin, a função do Direito Penal e de suas normas é a de salvaguardar bens jurídicos relevantes para a sociedade. Referida orientação deve permear toda interpretação das normas penais, razão pela qual deve ser considerado atípico um comportamento que, a despeito de formalmente típico, não representa relevante lesão ou ameaça de lesão ao bem jurídico tutelado.

c) Para o funcionalismo sistêmico, a função das normas penais é reforçar a sua própria validade, em uma concepção baseada na teoria dos sistemas de Luhmann. Por isso, a culpabilidade não é um requisito para a configuração da responsabilidade penal, caso de esteja diante de um inimigo, um sujeito com déficit cognitivo em relação ao poder coercitivo das normas penais.

d) Para o causalismo, o dolo é natural.

e) A teoria neokantista passa a compreender a existência de elementos subjetivos no tipo, passando a compreender a culpabilidade de um ponto de vista puramente normativo.

82. Assinale a alternativa incorreta sobre as normas do Código Penal:

- a) A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência, somente se for mais benéfica.
- b) Aplica-se a lei brasileira, com prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido no território nacional.
- c) Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, independentemente de onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.
- d) A sentença estrangeira, quando a aplicação da lei brasileira produz na espécie as mesmas consequências, pode ser homologada no Brasil para obrigar o condenado à reparação do dano, a restituições e a outros efeitos civis, desde que exista tratado de extradição com o país de cuja autoridade judiciária emanou a sentença, ou, na falta de tratado, requisição do Ministro da Justiça.
- e) O dia do começo inclui-se no cômputo do prazo. Contam-se os dias, os meses e os anos pelo calendário comum.

83. Assinale a alternativa INCORRETA sobre a posição jurisprudencial albergada pelo STF:

- a) É concorrente a legitimidade do ofendido, mediante queixa, e do ministério público, condicionada à representação do ofendido, para a ação penal por crime contra a honra de servidor público em razão do exercício de suas funções.
- b) A prescrição da ação penal regula-se pela pena concretizada na sentença, quando não há recurso da acusação.
- c) O delito de emissão de cheque sem fundos se configura independentemente de fraude, por ser modalidade diversa do estelionato.
- d) Quando se tratar de crime continuado, a prescrição regula-se pela pena imposta na sentença, não se computando o acréscimo decorrente da continuação.
- e) Há crime de latrocínio, quando o homicídio se consuma, ainda que não realize o agente a subtração de bens da vítima.

84. A coação moral irresistível e a coação física irresistível excluem, respectivamente:

- a) A tipicidade e a culpabilidade
- b) A culpabilidade e a tipicidade
- c) A ilicitude e a culpabilidade
- d) A culpabilidade e a ilicitude
- e) a ilicitude e a tipicidade

85. Assinale a alternativa correta sobre os crimes contra a honra:

- a) há isenção de pena se o querelado, antes da sentença, se retrata cabalmente da difamação ou da calúnia.
- b) cabível a exceção da verdade na difamação e na injúria.
- c) é punível a calúnia contra os mortos.
- d) não constitui difamação ou calúnia punível a ofensa irrogada em juízo, na discussão da causa, pela parte ou por seu procurador.
- e) a ação penal é pública incondicionada na injúria com preconceito.

86. Assinale a alternativa INCORRETA sobre os efeitos da condenação:

- a) É efeito específico da condenação a incapacidade para o exercício do poder familiar, da tutela ou da curatela nos crimes dolosos ou culposos sujeitos à pena de reclusão cometidos contra outrem igualmente titular do mesmo poder familiar, contra filho, filha ou outro descendente ou contra tutelado ou curatelado. Referido efeito deve ser motivadamente declarado pelo juiz.
- b) Tornar certa a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime é um efeito genérico e, portanto, automático da condenação.
- c) Para o efeito da perda de bens tratada no *caput* do artigo 91-A do Código Penal, entende-se por patrimônio do condenado todos os bens de sua titularidade, ou em relação aos quais ele tenha o domínio e o benefício direto ou indireto, na data da infração penal ou recebidos posteriormente; assim como os - transferidos a terceiros a título gratuito ou mediante contraprestação irrisória, a partir do início da atividade criminal.
- d) Os instrumentos utilizados para a prática de crimes por organizações criminosas e milícias deverão ser declarados perdidos em favor da União ou do Estado, dependendo da Justiça onde tramita a ação penal, ainda que não ponham em perigo a segurança das pessoas, a moral ou a ordem pública, nem ofereçam sério risco de ser utilizados para o cometimento de novos crimes.
- e) A perda de cargo, função pública ou mandato eletivo pode ser decretada quando aplicada pena privativa de liberdade por tempo igual ou superior a um ano, nos crimes praticados com abuso de poder ou violação de dever para com a Administração Pública. Referida perda deve ser motivadamente decretada pelo juiz na sentença condenatória.

87. Analise as seguintes assertivas:

I – João Vitor, de vinte e um anos de idade, adentrou em uma loja e, apontando uma arma de fogo para o gerente do estabelecimento, retirou todo o dinheiro do caixa e o colocou em sua mochila. Ao sair da padaria levando o dinheiro, o agente foi abordado por policiais militares que passavam pelo local. Praticou, portanto, o crime de roubo, na modalidade tentada.

II – A segunda velocidade do direito penal se relaciona com a flexibilização de direitos e garantias individuais contrabalanceada com penas mais brandas, como as restritivas de direitos.

III – Segundo a jurisprudência do STJ, para que um agente seja beneficiado com a atenuante da confissão, é necessário que ele reconheça a traficância, não bastando que ele confesse a posse da droga. Por outro lado, a incidência da confissão espontânea no crime de roubo dispensa o reconhecimento de violência ou grave ameaça, bastando que ele confesse a subtração.

IV - A prática de crime ou contravenção penal contra a mulher no âmbito doméstico, com violência ou grave ameaça, impossibilita a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.

Está(s) correta(s) a(s) seguinte(s) assertiva(s):

- a) I, II e III.
- b) I e II.
- c) II e IV.
- d) II, III e IV.
- e) III e IV.

CRIMINOLOGIA

88. Podemos dizer que a Escola de Chicago compreende um conjunto de pensamentos a respeito do fenômeno criminal em que se prioriza a ação preventiva à atuação estatal repressiva. Em relação às teorias vinculadas a esta ideia, assinale a alternativa incorreta.

a) A Escola de Chicago se baseou no estudo da sociologia das grandes cidades, com o intuito de comprovar o aumento da criminalidade nas áreas industrializadas.

b) A Teoria Ecológica explica que a desordem social fomenta o crime, especialmente em decorrência da falta de controle informal nos centros urbanos.

c) A Escola de Chicago se contrapõe diametralmente aos pensamentos da Teoria Ecológica e da Teoria das Janelas Quebradas.

d) A Teoria Espacial explica que modelos adequados de construção e criação de barreiras (reais ou simbólicas) podem desestimular a prática criminosa.

e) A Escola de Chicago originou a Teoria da Desorganização Social, a Teoria Espacial e a Teoria das Janelas Quebradas.

89. Assinale a alternativa que resume um dos principais postulados da Escola Positiva da Criminologia:

a) Responsabilidade penal decorrente do livre arbítrio.

b) Responsabilidade penal decorrente do determinismo.

c) Comprovação da criminalidade real e criminalidade revelada.

d) Método abstrato e teórico.

e) A pena determinada com finalidade de punição pelo comportamento delitivo.

90. Emile Durkheim inspirou o pensamento criminológico de uma teoria que compreende a importância do controle e da observância das normas de conduta social, explicando de que forma a adaptação social pode influenciar a prática delitiva. O texto se refere à:

a) Teoria Crítica

b) Teoria da Subcultura Delinquente

c) Teoria da Desorganização Social

d) Escola de Chicago

e) Teoria da Anomia

DIREITO PROCESSUAL PENAL

91. No que concerne às provas, assinale a correta:

- a) A confissão do acusado supre a falta do exame de corpo de delito.
- b) Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, somente quando direto, não podendo supri-lo a confissão do acusado
- c) Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, sendo ele direto ou indireto, não podendo supri-lo a confissão do acusado.
- d) O exame de corpo e delito, direto ou indireto, é indispensável nos crimes que deixam vestígios, exceto quando há confissão do acusado.
- e) Havendo provas documentais e testemunhais que confirmem a autoria e a materialidade do crime, a realização do exame de corpo de delito é dispensável ainda que possível sua realização, sob pena de nulidade do processo.

92. Sobre a ação penal, assinale a alternativa correta:

- a) Ante a inércia do Ministério Público, pode o ofendido dar início à ação penal, por meio do oferecimento de Queixa-Crime, mesmo nos crimes que são processados mediante ação penal pública incondicionada.
- b) Apenas nos crimes que se processam mediante ação penal pública condicionada à representação, inerte o Ministério Público, pode o ofendido dar início à ação penal mediante queixa-crime.
- c) Somente nos crimes processados mediante ação penal pública incondicionada, na inércia do Ministério Público, pode o ofendido oferecer a denúncia.
- d) Se o Ministério Público não oferecer denúncia no prazo legal, pode haver ação de iniciativa privada nos crimes de ação penal pública quando se dará a ação penal privada personalíssima.
- e) Nos crimes de ação penal pública incondicionada, na inércia do Ministério Público,

pode o ofendido dar início à ação penal pública condicionada à representação da vítima.

93. No que diz respeito ao rito dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, é INCORRETO afirmar que:

- a) O rito dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos é aplicável apenas aos crimes funcionais próprios.
- b) Considera-se funcionário público, para os efeitos penais, quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública.
- c) Equipara-se a funcionário público quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal, e quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da Administração Pública.
- d) Nos crimes afiançáveis, estando a denúncia ou queixa em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a notificação do acusado, para responder por escrito, dentro do prazo de quinze dias.
- e) O juiz, antes de receber a denúncia, determinará não só a sua autuação, mas também mandará notificar o agente para apresentar a sua defesa preliminar no prazo de 15 dias.

94. No processo penal, o procedimento se divide em comum e especial. No que tange ao procedimento comum, é correto afirmar que:

- a) O procedimento comum se divide entre sumário e ordinário, apenas.
- b) O rito sumaríssimo compõe o procedimento especial.
- c) O procedimento comum será ordinário, quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada for igual ou superior a 4 anos de pena privativa de liberdade.
- d) O procedimento comum será sumário, quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada seja inferior a 3 anos de pena privativa de liberdade;

e) O procedimento sumário é aplicado nos casos de crimes dolosos contra a vida.

95. Com relação à violência doméstica e familiar contra mulher, bem como o entendimento sumulado dos Tribunais Superiores, considere as assertivas a seguir.

I. Nos casos de lesão corporal, são vedadas, aos crimes abrangidos pela Lei Maria da Penha, a transação penal prevista na Lei nº 9.099/95 (Juizados Especiais Cíveis e Criminais) e a suspensão condicional do processo.

II. A prisão preventiva não poderá ser deferida em caso de violência doméstica ou familiar contra a mulher, caso o crime praticado pelo agressor tenha pena máxima em abstrato a ele cominada inferior a 4 (quatro) anos.

III. É possível a aplicação do princípio da insignificância nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher no caso de crime patrimonial.

IV. No caso de lesão corporal desdobrada de violência doméstica e familiar contra a mulher, a ação penal será incondicionada, independentemente do grau da lesão.

É correto apenas o que se afirma em

- a) I e II.
- b) I e IV.
- c) III e IV.
- d) I, II e III.
- e) II, III e IV

96. Caso o acusado citado por edital não compareça aos atos do processo nem constitua defensor,

- a) ficará suspenso o processo, mas continuará fluindo o prazo prescricional, podendo ser decretada a prisão preventiva.
- b) deverá ser decretada a revelia do acusado, tramitando o processo na sua ausência e, se for o caso, decretada a prisão preventiva.
- c) deverá ser decretada a prisão preventiva e a suspensão do curso do prazo prescricional.

d) ser-lhe-ão nomeados defensor dativo e curador, que acompanharão, até o trânsito em julgado, o trâmite do processo durante a ausência.

e) ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo ser determinada a produção das provas urgentes.

LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL

97. Qual das alternativas abaixo não se apresenta como um dos requisitos taxativos para o reconhecimento do crime de tráfico de drogas sob a modalidade privilegiada:

- a) não estar sendo processado por outro delito.
- b) não se dedicar a atividades criminosas.
- c) não possuir maus antecedentes.
- d) não integrar organização criminosa.
- e) não ser reincidente.

98. Quanto aos dispositivos da Lei 9.296, assinale alternativa CORRETA:

- a) O juiz poderá admitir que o pedido seja formulado verbalmente, desde que estejam presentes os pressupostos que autorizem a interceptação.
- b) O juiz, no prazo máximo de quarenta e oito horas, decidirá sobre o pedido.
- c) Deferido o pedido, as operadoras de telefonia conduzirão os procedimentos de interceptação, dando ciência à autoridade policial.
- d) Cumprida a diligência, a autoridade policial encaminhará o resultado da interceptação ao Ministério Público.
- e) A interceptação de comunicação telefônica será feita nos próprios autos, porém, com o sigilo que a medida necessita.

99. Nos termos da Lei Maria da Penha, indique a alternativa que contém trecho diverso da literalidade da lei:

a) a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

b) a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos.

c) a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades, desde que praticados mediante violência ou grave ameaça.

d) a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação.

e) a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal.

100. De acordo com a Lei de Execução Penal, caso seja verificada a exigência de que o sentenciado cumpra pena além dos exatos limites fixados no acórdão condenatório com trânsito em julgado, deverá ser instaurado:

a) incidente de conversão da pena.

b) incidente administrativo.

c) incidente de indulto individual.

d) incidente de excesso ou desvio de execução.

e) incidente de chamamento da execução.

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-DPE-GO-04-04>

Conheça nossos cursos



Estratégia
Cursos para a DPE-GO
Carreira Jurídica